



PARECER JURÍDICO – PROCESSO Nº P042005/2021

INTERESSADO: NULAB - NÚCLEO DE LABORATÓRIO

ASSUNTO: INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE COAGULAÇÃO -
DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Encaminham para análise e parecer desta Procuradoria Jurídica, CI de nº 081/2021 (fls. 02/03), originária do NULAB - NÚCLEO DE LABORATÓRIO, solicitando aquisição em caráter emergencial de INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE COAGULAÇÃO, para o enfrentamento na contenção da infecção humana pelo coronavírus, considerando a existência de processo licitatório nº **P243660/2020**, que ainda não está em fase de conclusão, de modo que não há como aguardar o lapso temporal necessário para o fim do procedimento.

Há nos autos justificativa técnica da dispensa de licitação (fls. 04), Termo de Referência (fls. 145-155), autorização da despesa/declaração financeira e dotação orçamentária (fls. 108-109 e 113-114), emails de cotação enviados (fls. 35-86), e justificativa da escolha pelo menor preço mediante propostas recebidas por email (fls. 88-94), atas de registros de preços encontradas (fls. 96-103), documentos de habilitação e regularidade fiscal da empresa vencedora (fls. 116-134), e minuta contratual (fls. 156-163).

Com relação à documentação da empresa:

1. IMPORTEC – IMPORTADORA CEARENSE LTDA, consta no feito: contrato social e aditivo (fls. 118-127), cadastro nacional da pessoa jurídica (fls. 116), certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a tributos federais (fls. 130), certidão negativa de débitos estaduais (fls. 131), certidão positiva de débitos municipais com efeito de negativa (fls. 132), certidão negativa de débitos trabalhistas (fls. 128), certificado de regularidade do FGTS (fls. 129), declarações (fls. 133-134).

Pois bem. Passemos ao parecer.



Inicialmente, cumpre salientar que a regra do ordenamento jurídico é a contratação por meio de procedimento licitatório, conforme mandamento constitucional (art. 37, XXI) e legal (art. 2º da Lei nº 8.666/1993). Entretanto, a própria legislação traz exceções à mencionada regra, constantes em seus arts. 17, 24 e 25.

A hipótese em questão, qual seja, a aquisição de **INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE COAGULAÇÃO**, encaixa-se na situação prevista no art. 24, IV, da Lei de Licitações, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, **quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas**, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários a atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Nesse sentido, foi asseverado na justificativa técnica de fls. 04 que o material requisitado é de urgência/emergência concreta e efetiva, visando contribuir na contenção da infecção humana pelo novo coronavírus, aliás com aumento da infecção ocasionada pelo SARS-COV-2, aumentou-se veementemente a necessidade da aquisição do referido material, cujo fim precípua é monitorar e afastar risco de danos à saúde e à vida de pessoas, motivo pelo qual não foi licitado, sendo necessária a aquisição do material para possibilitar o funcionamento do hospital em seu fiel objetivo. Por fim, a quantidade solicitada possibilita o abastecimento por um período de aproximadamente 180 (cento e oitenta) dias.

Pelas razões acima expostas, entendemos caracterizada a situação de emergência autorizadora da compra direta.

Além disso, o TERMO DE REFERÊNCIA, às fls. 145-155, informou que o material objeto deste procedimento é oriundo de processo licitatório não concluído, no entanto, considerando a urgência e emergência do hospital, bem como



a falta premente deste material neste nosocômio, torna-se oportuna a presente aquisição.

Ressalte-se que o procedimento licitatório iniciado pelo NULAB - NÚCLEO DE LABORATÓRIO, que tramita sob o nº P243660/2020, encontra-se atualmente nesta PROJUR para elaboração de Edital. O processo ainda levará um tempo para sua conclusão, havendo, assim, a necessidade de uma compra emergencial.

O lapso temporal necessário para a conclusão de um processo licitatório poderá por em risco a saúde e a vida de pessoas.

Assim sendo, a empresa IMPORTEC – IMPORTADORA CEARENSE LTDA ofertou o menor preço para o item, **perfazendo um valor total de R\$ 1.644.000,00 (Um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil reais).**

Por fim, cumpre ressaltar que, em análise à minuta contratual juntada às fls. 156-164, os mesmos respeitam os requisitos estabelecidos na legislação pertinente, quais sejam (art. 55 da Lei nº 8.666/1993):

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Prefeitura de Fortaleza
Secretaria Municipal de Saúde



Instituto Dr. José Frota

(...)

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

Desse modo, somos pelo **deferimento** do pedido. Ademais, considerando o valor da contratação, os autos devem ser encaminhados para análise da Procuradoria Geral do Município PGM, nos termos do art. 1º, §§ 1º e 2º, do Decreto Municipal nº 13.659/2015.

É o nosso entendimento;

S.m.j.

À consideração superior.

Fortaleza, 29 de março de 2021

MARTA BATISTA LANDIM LIMA

OAB/CE 8.598

Carlos Renato Nascimento Rabelo
Ag. Administrativo/PROJUR

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número WVUTSNJ9
Para conferir o original, acesse o site <https://assinaja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 492759 e código WVUTSNJ9



Prefeitura de Fortaleza



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número WVUTSNJ9

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 492759 e código WVUTSNJ9

ASSINADO POR: